

Gramática: ensino da disciplina metalinguística na cultura ocidental brasileira

Carlos Alexandre Molina Noccioli
Giovanna Maria Abrantes Carvas

Resumo

*Este artigo é parte de um estudo histórico e comparativo acerca do ensino de língua padrão enquanto ciência linguística, inserido na tradição ocidental do fazer gramática. Discorremos a partir de um resgate da história em torno da disciplina gramatical desde a Antiguidade Clássica, a fim de estabelecermos pontos de contato com uma gramática brasileira situada no pós-NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), especialmente o livro *Sintaxe clássica portuguesa* de Cláudio Brandão.*

Palavras-chave: História, Ensino de gramática, perduração ideológica

Abstract

*This article is part of a historical and comparative study of standard language teaching as a linguistic science, embedded in the Western tradition of grammar making. We draw from a rescue of history around grammar discipline since Classical Antiquity, in order to establish points of contact with a Brazilian grammar located in the post-NGB (Brazilian Grammatical Nomenclature), especially the Cláudio Brandão' book *Sintaxe clássica portuguesa*.*

Keywords: History, Grammar teaching, ideological perduring

AO REMONTAR OS ESTUDOS DE LÍNGUA

Em termos históricos, os primeiros aparecimentos da metalinguagem¹ têm intrínseca relação com a finalidade de se promover a compreensão de um texto escrito, ou seja, não têm, necessariamente, relação com a intenção de se falar uma língua. A título de exemplificação, pode-se citar que o fato de os gregos terem se utilizado do termo *grammatiké* – o qual significa a arte de ler e escrever –, como título da disciplina que estuda a língua, é normalmente, segundo Neves (1987, p. 105), “invocado para evidenciar a atenção que, desde o início, foi dada à língua escrita”. Contemporaneamente, ainda há uma continuidade desse modelo. É sabido que as gramáticas escolares visam a desenvolver o domínio linguístico da escrita da língua materna ou estrangeira dos alunos. Basta consultarmos uma gramática escolar para verificarmos tal função:

¹ A usar este termo tal como foi empregado por Auroux (1992), para designar estudos feitos sobre o pensamento linguístico. Doravante a expressão poderá ser entendida dessa forma.

O material selecionado como ponto de partida para o estudo de português do Ensino Médio continua recebendo um tratamento sério e consistente e foi distribuído em unidades cuja estrutura passa a ser a seguinte: texto, estudo do texto, literatura, gramática, recursos de estilo, redação. (FARACO & MOURA, 2000, p. 3).

Ou seja, o objeto de estudo é centrado na produção escrita. Mesmo quando não se excluem outras modalidades de gênero, toda preocupação é para as formas linguísticas expressas na escrita. Da mesma forma, a fonte de nossa tradição ocidental, a gramática grega, datada da transição entre os séculos V e IV antes da nossa era, constitui também um método, ainda que incipiente, de aprendizado pautado na leitura e na escrita.

Ao investigar a história da metalinguagem, seu plano de ponderações seria traçado sumariamente a partir de seu início na Antiguidade Clássica com os gregos, tendo seu estudo continuado pelos escolásticos da Idade Média, e manutenção atual com a linguística. Isso nada mais é do que uma continuidade da reflexão sobre a linguagem.

Desde Platão e Aristóteles a “teoria das partes do discurso” se faz presente com o objetivo de auxiliar a discussão sobre a verdade do discurso, calcando-se em oposições entre verbo e nome, entre sujeito e predicado.

No século III a.C., o contato ocorrido entre povos de etnias e de línguas diferentes preocupava os gregos no sentido de criar-se um padrão, com o intuito de proteger a língua grega das influências externas. Pode-se falar em uma tentativa de “purismo” linguístico que

levou os eruditos reunidos em Alexandria, [assustados pela discrepância entre os poemas homéricos e a língua empregada pelas populações helenizadas], [...], a preocupar-se, antes de mais nada, com a defesa daquela língua, considerada, porque livre da influência estrangeira, mais genuinamente grega”. (PEREIRA, 1997, p. 39).

O período helenístico se ateve, pois, muito mais à ideia de preservação do que à de criação cultural, a chamada *grammatiké* nesse momento se preocupa essencialmente com o exame de textos escritos, porque “seu objetivo é permitir a memória da obras que representam a criação do espírito grego” (NEVES, 1987, p. 106).

Pouco a pouco, uma apreensão que era inicialmente com a preservação dos textos literários transforma o próprio objeto de preocupação em modelo de descrição, ou seja, a ideia de descrição seria feita a partir da literatura canônica.

Questionamentos acerca de se a língua era ou não regida por regras já começam a ocupar espaço nas reflexões filosóficas do século II a.C., fato que funcionaria como um divisor de águas para as investigações sobre a linguagem. Entretanto, a gramática só nasce efetivamente, ainda que no mesmo século, com a Escola Alexandrina. Mesmo assim

a força da gramática encontrada nos escritos que nos restam dos escritos de Apolônio reside no fato de que ela adapta definitivamente a teoria da partes do discurso à linguagem natural, insistindo em sua definição sobre os traços morfológicos. Tínhamos aí uma estrutura conceptual permitindo a generalização e a formulação de regras. (AUROUX, 1992, p. 27).

É por meio desse modo lógico que se pode entender o porquê de a rigidez da tradição linguística ocidental ter permanecido durante séculos em torno da ideia das partes do discurso.

Não obstante a grande importância das cogitações realizadas por volta do século II a.C., sabe-se que é só com os estoicos que a linguística passaria a ocupar seu espaço definitivo dentro da conjuntura geral da filosofia, dando continuidade à obra legada por seus antigos mentores. Robins (1979, p. 24) acrescenta, ainda, que a gramática tal como é concebida pela tradição europeia, vem de uma intervenção processada pelos alexandrinos:

as alterações introduzidas pelos sábios alexandrinos nas posições dos estóicos é que conferiram ao conhecimento lingüístico, particularmente na parte de gramática, a forma com que chegou posteriormente aos gramáticos latinos e, através deles, à tradição européia.

Tão importante quanto a tradição grega, o procedimento dos romanos – o qual tem seu posicionamento estabelecido diante das reflexões linguísticas daquela – apresenta um caráter relevante e determinante para nossa tradição gramatical. Nas palavras de Pereira (1997, p. 10), “sem os romanos a gramática não teria sido tal qual a conhecemos”. Este pesquisador chama a atenção para o fato de que as reflexões feitas pelos romanos são, por vezes, negligentemente deixadas de lado no que tange ao estudo histórico feito sobre a disciplina gramatical, todavia, apresentam significantes contribuições para a cultura ocidental.

É necessário destacar pontos importantes promovidos pela cultura romana que auxiliam o surgimento da disciplina gramatical, mesmo que toda a construção que permeia seus estudos linguísticos não se distancie do trabalho realizado pelos gregos. Estes, sim, influenciam largamente o modo de reflexão dos romanos diante da linguagem, sendo as ponderações dos gregos aplicadas, por exemplo, através da transposição das chamadas “controvérsias gregas” para a língua latina.

O primeiro gramático latino importante, Varrão (*Marcus Terentius Varro*, 116-27 a.C.), destaca-se por validar efetivamente a descrição do Latim por meio da convivência entre traços da regularidade e irregularidade – discussões acerca da primitiva controvérsia entre analogistas e anomalistas (terminologias gregas adotadas para representar respectivamente regularidade e irregularidade) têm como efeito a primeira gramática grega que, segundo Pereira (1997, p. 40), “procurava canonizar o uso literário da língua e se tomou por modelo de descrição”.

Ainda no âmbito das cogitações romanas, chama-se a atenção para a figura de Quintiliano, autor de uma gramática que pertence a

um tratado de natureza enciclopédica que reúne o conhecimento acumulado até então sobre a disciplina da qual nosso autor foi mestre – a Retórica –, os capítulos gramaticais presentes na *Institutio Oratoria* constituem um *locus* privilegiado em que se vinculam justamente Gramática, Retórica e outras disciplinas. (PEREIRA, 1997, p. 11).

No primeiro livro da *Institutio Oratória*, há, em alguns capítulos, vários níveis de análise gramatical que se vinculam à morfologia, à sintaxe, à semântica e à pragmática.

Vale a pena ressaltar a gramática de Prisciano (século VI), a mais representativa da erudição latina, não por ter sido importante no que diz respeito à difusão da disciplina, mas, sim, pelo nível de aprofundamento realizado pelo autor, que o faz em consideráveis aspectos, embora deixe de lado alguns dos principais avanços legados pela gramática de Varrão, no critério descritivista.

Com o Humanismo, originário da Itália do século XIV, o que podemos evidenciar é a valorização do latim, ou o retorno ao estudo das línguas clássicas, que promove uma redescoberta dos textos literários e resgate da cultura latina.

Já no tocante ao Renascimento europeu, o que logo chama atenção, ao destacarmos a história da linguística, é que há um momento inicial, no qual se gramaticalizava um vernáculo europeu a partir de sua sistematização, almejando-se claras intenções práticas, tais como o aprendizado de um língua estrangeira. Para este, a linguística se fazia instrumento de suma importância no que tange ao contato entre línguas diferentes, funcionando, assim, as gramáticas, como objeto teórico de estudo. Tal

fenômeno garante uma peculiaridade não encontrada em nenhuma outra cultura. Essa espécie de projeto de descrição linguística fora perseguido por profissionais durante todo o século XIX, como material de estudo no âmbito catedrático. Tem-se, ainda, a exploração, a expansão e a colonização providas em territórios diversos, aliadas à otimizada capacidade de difusão que a imprensa configura aos livros, dando início a um processo de descrição, na base da tecnologia ocidental, da maior parte das línguas do mundo.

O processo de historicização de saberes, podendo ser linguístico, no caso específico desse trabalho, convém para a análise em torno da concepção sobre se pensar a língua, especificamente à ideologia gramatical. Por meio da observação da história da gramática, apreenderemos que a ideologia tradicional não se constitui de modo ininterrupto, é, sim, algo que se perfaz continuamente ao longo do seu percurso histórico; como efeito, essa concepção ideológica torna-se passível de ser reproduzida inclusive na cultura moderna ocidental.

Ao destacarmos uma década da história das produções gramaticais brasileiras, em que se avolumavam publicações de tal gênero, consideramos a presença de um caráter ideológico típico da tradição clássica. É sob esse prisma que a obra *Sintaxe clássica portuguesa*, de Cláudio Brandão, receberá especial tratamento analítico.

Este trabalho considera, pois, a ideologia tradicional inserida nos compêndios gramaticais brasileiros, especificamente na obra de Cláudio Brandão, demonstrando-se o caráter persistente de uma ideologia sobre a língua da cultura da Antiguidade Clássica entranhada nas gramáticas cujo contexto define-se por cultura moderna ocidental.

O QUE UM LIVRO DE SINTAXE PODE NOS DIZER SOBRE A LÍNGUA

Cláudio Brandão, através da obra *Sintaxe clássica portuguesa*, intenta expor os fatos sintáticos do português em seu aspecto sincrônico, o qual, segundo o gramático, resultou da elaboração gradual e unificadora – sobretudo, pelo período que data a partir do século XVII – dos “bons autores” e das “classes instruídas” que o procederam. É a partir desse tipo de visão que constituiremos uma análise do que o referido autor mantém no que concerne à ideologia gramatical e seus reportes para a tradição da Antiguidade Clássica.

Ao nos concentrarmos nas reflexões sobre gramática propostas por Cláudio Brandão, em seu livro, reconheceremos um autor insatisfeito com uma espécie de “descaso” sofrido pela disciplina lecionada por ele: a gramática. Culpando o governo brasileiro por tornar sua nação “barbarizada” e “apodrecida”, demonstra-se motivado a publicar uma, definida por ele mesmo, significativa contribuição ao

nosso belo idioma, hoje tão menosprezado e corrompido, por imperdoável desídia, voluntária ignorância, culpável displicência ou estulta excentricidade dos responsáveis pelo aperfeiçoamento intelectual do país, cuja base é o conhecimento pleno e cuidadoso da língua materna. (BRANDÃO, 1963, p. 7)

Percebemos desse discurso, que faz parte de um introito de seu livro, a clara concepção de que o conhecimento por completo de um idioma se dá através do estudo minucioso da gramática normativa, caso em que, na visão de Brandão, se não fosse a presença desse tipo de manual, incorreríamos numa “corrupção imperdoável” do nosso “belo idioma” (situação que, ainda segundo ele, já está ocorrendo). Ora, instaura-se, de antemão, um questionamento acerca de qual fora o critério metodológico, a partir do qual Brandão designou a estrutura da gramática normativa como “belo idioma”. Com efeito, não há critérios científicos para tal designação.

Apreenderemos, mais à frente, em seu “Preâmbulo”, que a sustentação será toda dada por meio de escritores canônicos: “Socorremo-nos para tal de copiosos exemplos, coligidos durante longos anos, na lição dos nossos mais abalizados escritores, antigos e modernos” (BRANDÃO, 1963, p. 7). Essa concepção é um típico exemplo de remontagem da ideia da defesa do idioma já requerida pelos alexandrinos em relação à linguagem empregada pela população que se encontrava helenizada naquele momento. É sabido que a disciplina gramatical constitui criação helenística por intenções fundamentais de preservação para a transmissão da herança cultural helênica. Sendo função dos filólogos, o estudo de poetas e oradores tidos como dotados de expressão bela e correta compõe o quadro da época helenística que não se direciona à criação, mas à preservação de saberes. A cultura se configura, sobretudo, como memória do passado.

Reconstruindo o título do próprio livro, *Sintaxe clássica portuguesa*, o que se pode observar é a tentativa do autor de estabelecer práticas sintáticas baseadas em textos canônicos, fato que repisa atitude da cultura clássica. Esse resgate cultural não é só, pois, um privilégio no Humanismo. Ainda persistem formas de estudo na década de 60 cuja tentativa principal é a manutenção dos parâmetros clássicos.

Preocupa-se Brandão em construir um compêndio, que, aliado à literatura das escolas e os esforços da imprensa, rádio, “doutrina religiosa” e “oratória parlamentar”, encarregue-se de refrear a “depravação” causada pelas “intrusões indébitas que a deformam”. Atribui tal função, através de contundentes críticas pela falta de atitude desses elementos capazes de influenciar significativo número de pessoas, impondo-lhes

a injunção sagrada e impreterível de oporem um firme anteparo ao enxurro dos solecismos inescusáveis, dos horrendos barbarismos, dos peregrinismos dispensáveis e pedantescos, dos neologismos desnecessários, idiotas e mal cunhados [...]. (BRANDÃO, 1963, p. 8).

Entretanto, o autor demonstra não levar em consideração que justamente esses veículos contribuem para a sobrevivência da tradição gramatical, uma vez que eles corroboram a disseminação ideológica. A chamada, por Bagno, “recusa de nós mesmos” – espécie de perda do direito à autoestima linguística – foi estimulada “durante muito tempo pela escola repressora” e

surge agora, com todo o espalhafato das tecnologias de ponta, uma nova onda prescritivista, um novo policiamento gramatiquero, empreendido por aqueles que [...] se aproveitam do que há de mais novo nos meios de comunicação para tentar preservar o que há de mais antigo em termos de concepção de língua. (2000, p. 11-12).

Pode-se dizer, pois, que o ato dessa preservação se dá inclusive pelos meios de comunicação mais modernos, os quais corroboram a manutenção da concepção ideológica clássica de língua por meio de programas de ensino através do policiamento gramatical normativo.

Chama-se atenção para o excêntrico fato de que, mesmo que se façam presentes de modo massacrante, por exemplo, as revistas, os jornais e a internet; a tradição gramatical ainda é pautada na literatura canônica. Ademais, ressalta-se que não é um público considerado majoritário que tem por hábito a leitura consagrada:

O uso da linguagem literária como material de investigação para a descrição/prescrição de uma norma (de um conjunto de regras) podia se justificar, na Antiguidade Clássica e na Idade Média, pelo fato da literatura ser praticamente a única forma de expressão da língua escrita mais monitorada durante aqueles períodos históricos. (BAGNO, 2003, p 47).

Caracteristicamente, no Brasil, a cultura associada ao livro tem menos peso do que a cultura oral. Mesmo quando se fala em imprensa escrita, a qual já tem atenção em menor grau quando comparada à televisiva, sabe-se que é muito mais próxima da linguagem efetivamente utilizada pelos falantes do que o “trabalho estilístico” de literatos.

Admitindo a capacidade de grandes autores da literatura como uma vocação, a qual confere os dotes mais valiosos apenas aos “verdadeiro homem de letras”, Cláudio Brandão argumenta sobre a prova mais convincente dessa “genuína vocação literária”: “a ciência da própria língua e o esmero do estilo” (BRANDÃO, 1963, p. 9). A partir disso, desenvolvemos a ideia de que conceito de gramática, segundo Brandão, ao se instituir, perfaz-se como sendo nada mais do que um dogma voltado para a formação de grandes escritores e não de bons usuários da língua, explicitando-se que o que faltaria para a “mediocridade” é o “talento” para tal capacidade intelectual, utilizando os termos do próprio autor.

Atribuindo à apatia por parte do governo – interesseiro e oportunista, o qual ratifica a “bolchevização progressiva do Brasil” – a culpa de a juventude da época conviver com ideologias que destruiriam seu interesse pela tradição, Brandão aponta esse desprezo como fato determinante para acarretar uma iconoclastia que

vilipendia, renega, ultraja os tesouros culturais que recebemos dos nossos antepassados. Da espessa caligem do seu intelecto, da sua instrução rasa e pressurosa, procede-lhe a total capacidade de compreender e apreciar os clássicos. (BRANDÃO, 1963 p. 8).

A fim de incidirmos num foco linguístico acerca das diferenças diacrônicas – mudança linguística – apoiemo-nos na concepção de Paulo Chagas:

Qualquer falante da língua portuguesa que tome contato com textos de outras épocas perceberá que nossa língua sofreu modificações no tempo. Mesmo que nos limites de textos em prosa veremos que a língua de um texto do século XIII, época dos primeiros registros escritos em português, não era igual à de um texto do século XVII, a distância de cerca de alguns séculos entre os textos facilitaria a localização de elementos que mudaram. (CHAGAS, 2004, p. 142).

Note-se que, independentemente de uma variação vir a configurar-se como mudança, variações sempre existem. No tocante da obra de Cláudio Brandão, o que se tem bem delimitado, no que se refere à ideologia do autor, é o foco do seu trabalho gramatical. Este não se volta para o processo de mudança linguística, nem para questões que envolvem a diversidade desta. Dispõe-se inclusive a empenhar-se para expor, de modo preconceituoso, uma situação preocupante, na visão dele, de que uma língua portuguesa cada vez mais particular venha se constituindo no Brasil.

Observamos que, desinteressado da noção de mudança, ao afirmar a desnecessidade de “engendrar, desajeitada e grotescamente, uma língua brasileira” (p. 9) – como se isso dependesse exclusivamente da “vontade” dos falantes para promover tal refreamento, visto que não há dados empíricos para que alguém por mera vontade seja capaz de frear uma mudança linguística – o autor denota nada mais do que um purismo partidário da ideologia clássica de normatização para fins de uma quimérica imobilidade da língua. Notabiliza-se, na verdade, uma estagnação apenas da tradição, já que a língua, como é sabido, prossegue num processo contínuo. Ainda, valendo-se do discurso da supremacia elitista, o referido autor embarca numa concepção preconceituosa para criar caracterizações (para a tal língua brasileira que os “desajeitados” querem criar) do tipo: “miscela espúria, de algaravia mascavada e rude dos caboclos e dos grupos afro-negros” (p. 9), ou mesmo “frasear incompto da plebe grosseira e ignara” (p. 9). Para ele, somente o que é válido é a “língua da cultura e da classe educada e douta” (p. 9), ou melhor, em suas próprias palavras o “luso-brasileiro clássico”. O autor, demonstrando aparente flexibilidade, indica que os literatos poderão se servir “desse português”, desde que não se utilizem de certos abusos que “atentam” contra a língua.

A preocupação de Brandão, quanto ao aparecimento dessa peculiar língua portuguesa no Brasil, não representa uma apreensão original de sua época; desde a discrepância entre os padrões do grego clássico e a linguagem corrente que alarmaram os eruditos em Alexandria, inicia-se um exame de autores, cuja linguagem autenticamente grega constitui os modelos ideais que necessitam de preservação. Consoante Neves (1987, p.104), essa linguagem corrente era considerada, pelos gregos, contaminada de barbarismos; portanto, essa necessidade especial de divulgação do helenismo impulsiona o desenvolvimento dos conhecimentos literários e linguísticos, buscando-se textos verdadeiramente não corrompidos, o que promove um levantamento dos fatos que caracterizam essa língua considerada modelo. Dessa forma, os gramáticos, responsáveis inicialmente por facilitar a leitura dos primeiros poetas gregos, “publicavam comentários e tratados de gramática, que cumpriam duas tarefas: estabelecer e explicar a língua desses autores (pesquisas) e proteger da corrupção essa língua ‘pura’ e ‘correta’ (docência)” (NEVES, 1987, p. 104-105).

Cláudio Brandão se mostra contrário à chamada, por ele, “classicofobia”, admitindo explicitamente, tal como a tradição helênica, a noção de “purismo linguístico”:

tem de fundar-se no conhecimento e no zelo da língua pátria, lídima e limpa, adquiridos na restauração do espírito clássico e na observância da correção gramatical. Não insinua essa assertiva que, por um purismo mal entendido e desastroso, hajamos de escrever como os quinhentistas e seiscentistas. O português não se petrificou, não se imobilizou, não se fossilizou nas páginas modelares e

imorredouras dos grandes clássicos de Portugal e do Brasil. Transmudou-se, como é natural, ganhou mais plasticidade, mais leveza, mais exuberância, aprimorou-se e opulentou-se, adaptando-se às exigências expressivas das gerações sucessivas. Cumpre-nos sim é obstar para que ele decaia e degenera, a que se desfigure e abastarde por causa da ignorância, do desleixo, da preguiça, da vulgaridade ou do achincalhe. (BRANDÃO, 1963, p. 9).

Podemos observar que o gramático, mesmo em sua confessa opinião de permanência de uma concepção culturalmente clássica, admite que a língua não é sempre a mesma, ou seja, sofre mudanças; entretanto, o que se constata é que a tradição, sim, é persistente. Ao afirmar que a mobilidade linguística existe, engendra uma contradição com seu posicionamento em relação ao foco de sua ideologia, a qual, em tese, constitui-se a partir de propostas não históricas.

Pode-se, igualmente, lançar um questionamento acerca da definição da expressão “decadência de idioma”, a qual compõe ainda uma representação do modo aversivo com que Brandão concebe as diferenças constituintes de qualquer mudança, das quais a língua é passível.

O autor demonstra-se apaixonado por reflexões intolerantes sobre a língua. Notabilizamos que tal posicionamento tem raízes na visão clássica de gramática e, ao mesmo tempo, tem consequências nefastas para a relação do falante de português com sua própria língua. Dá-se, esse processo, como se não se pudesse exigir de um gramático uma abordagem científica dos dados linguísticos, visto que isso não se constitui como foco de trabalho gramatical estabelecido por propostas tais como a de Cláudio Brandão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compêndio gramatical analisado, *Sintaxe clássica portuguesa*, embora construído no limiar da década de 60, carrega consigo particularidades da ideologia tradicional clássica. Esta tradição gramatical permanece num plano ideológico cristalizado há séculos e se materializa na figura da Gramática Normativa, gênero responsável pela corporificação dessa ideologia. A partir disso é que conseguimos observar elementos próprios da cultura da Antiguidade Clássica presentes no livro de sintaxe de Brandão.

Define-se, pois, que o saber histórico nos elucida uma visão ideológica que até hoje nos norteia. Entretanto, quando seguimos/mantemos uma tradição descontextualizada de nossa cultura, incorremos

no que Bagno definiria por “recusa de nós mesmos”, uma vez que a língua é um traço inerente à identidade cultural de um povo, o que pode ser entendido a partir das palavras de Auroux (1992, p. 14):

Que todo saber seja um produto histórico significa que ele resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto. Não há nenhuma razão para que saberes situados diferentemente no espaço-tempo sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos, assim como as línguas diferentes inseridas em práticas sociais diferentes, não são os mesmos fenômenos.

Mesmo assim, esses saberes situados em localizações temporais distintas prorrogam-se claramente ao longo da história. Dessa forma, torna-se possível observar uma preservação da ideologia gramatical, por vezes, desarticulada de um dado momento histórico, evidenciando que esse processo, o da sustentação da gramática tradicional, se dá a partir da autoridade e do poder, elementos que, pelo menos no que diz respeito à constatação de uma “verdade”, foram excluídos pela ciência moderna.

A tradição gramatical permanece intacta e inerte às (r)evoluções científicas. As ciências, em geral, admitem críticas e refutação em seus processos de construção intelectual. Partindo da ideia de “que a ideologia se caracteriza por ser um discurso preso ao passado e, portanto, nada disposta a ‘progredir’ por meio da crítica” (BAGNO, 2000, p. 20), pode-se questionar o grau de cientificidade da gramática tradicional, quando sob esse aspecto científico é concebida, o que não é o caso específico de Brandão. Corroborando essa linha de raciocínio, Bagno (2000, p. 22) define a gramática tradicional como “uma doutrina, composta de dogmas a serem aceitos como verdades incontestáveis e não de leis empiricamente testáveis, sujeitas a comprovação ou a refutação”.

Dessa forma, pode-se dizer que uma forte tradição ideológica é capaz de, ao longo dos séculos, manter uma língua isolada do restante do fluxo linguístico social. Esse conceito de língua por trás da “norma culta” é que se espalha pela sociedade devido à tradição, à ideologia e até mesmo ao senso comum. Essa tradição ideológico-gramatical não é algo da modernidade, é, sim, um conceito instaurado desde o século III a.C., no momento em que essa ideologia se iniciou, com os filósofos gregos, inerentemente à própria criação da disciplina metalinguística: a gramática. Desprezava-se, a partir disso, o estudo da língua efetivamente falada, a interessar-se unicamente pela língua dos escritores do passado.

Foi a partir disso que se incutiu na cultura ocidental a ideia de que qualquer variedade linguística que não correspondesse à linguagem canonizada como modelo a ser seguido incorreria em transgressões gramaticais. A intensa tradição gramatical permite ao senso comum, por exemplo, falar sobre o português, associando-o imediatamente à “norma culta” de uma língua. Língua esta emblemática

e de conteúdo escolar, restrita à competência de literatos e desvinculado das manifestações do efetivo convívio social.

No que diz respeito – especificamente nesse caso a sociedade brasileira – à Gramática Normativa como instrumento de apoio para dominação política e administrativa, pode-se afirmar que essa ideologia, iniciada na Antiguidade, não se encerra com o fim da Idade Média, chegando mesmo, no caso da tradição brasileira, a ser reproduzida em obras como a de Cláudio Brandão.

SOBRE OS AUTORES:

Carlos Alexandre Molina Noccioli

Instituto Federal do Sul de Minas / Unesp / Universidade de Aveiro

(carlos.noccioli@ifsuldeminas.edu.br)

Giovanna Maria Abrantes Carvas

Instituto Federal do Sul de Minas

(giovanna.carvas@ifsuldeminas.edu.br)